

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2015
RELATÓRIO**

6ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES, competência em matérias cível.

Juiz Federal Titular: Dr^a. ELOÁ ALVES FERREIRA

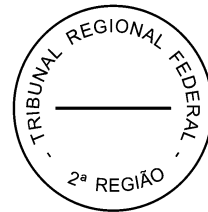
Juiz Federal Substituto: Dr. JOSÉ GERALDO AMARAL FONSECA JUNIOR

Partindo de levantamentos realizados no questionado pré-correição, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 28 de setembro a 02 de outubro de 2015, a correição ordinária eletrônica da 06ª Vara Federal de Vitória/ES.

Diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES:

1. Buscar o cumprimento da Meta 01/2015 do CNJ.
2. Promover o preenchimento de todos os campos do sistema Apolo quando da realização de audiências.
3. Observar a correta classificação das sentenças proferidas, em especial as do tipo A (fundamentação individualizada) e tipo B (repetitivas e homologatórias). Evitar, ainda, a classificação como “vazias”.
4. Verificar os processos suspensos, cujo motivo para suspensão já tenha cessado, ou tenha sido cadastrado equivocadamente.
5. Buscar o preenchimento de todos os campos do sistema Apolo quando do registro dos bens penhorados e dos bens apreendidos/acautelados, de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

modo a evitar a ausência de informações em campos como depositário, local em que se encontra, etc.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Apesar de instados a participar, não houve designação de representantes do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública da União (ES) ou da Ordem dos Advogados do Brasil/ES, para acompanhar os trabalhos desta correição ordinária.

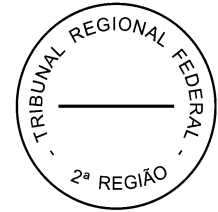
→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)

Divisão dos processos: Os processos são divididos observando as normas aplicáveis, cabendo ao Juiz Titular os processos pares, e ao Juiz Substituto, os ímpares.

. Titular: Dr^a. ELOÁ ALVES FERREIRA, em exercício desde 05 de setembro de 2005.

. Substituto: Dr. JOSÉ GERALDO AMARAL FONSECA JUNIOR, em exercício desde 08 de abril de 2014.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores previstos: 14

Total de Servidores lotados na Vara: 14

Analistas Judiciários: 04

Técnicos Judiciários: 10

Técnico Judiciário/Segurança: 02

Auxiliar Judiciário: 00

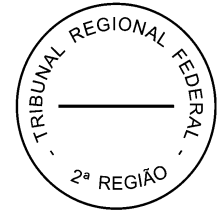
Estagiários: 04

Fonte: Questionário pré-correição.

→ ACERVO TOTAL
(artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo Juizados	maio/2014	Correição set/2015
Total	1.628	2.083
Suspensos	414	483
Aguardando julgamento recurso	255	298
Tramitação ajustada	959	1.302 (↑35,76%)

Fonte: Relatório da Correição Ordinária eletrônica realizada em 2014 e Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao mês de setembro/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS**
(art. 181 da CNCR)

Total de atos processuais intimados (01/09/2014 até 31/08/2015):

Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	5.448	69,80	13
Decisão	1.279	16,39	15
Sentença	1.078	13,81	22
Total Geral	7.805	100,00	15

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 23/09/2015.

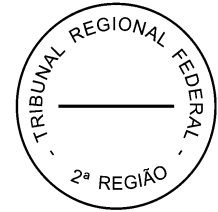
→ **METAS DO CNJ**

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 23/09/2015, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 84%**, como ilustra o gráfico a seguir:



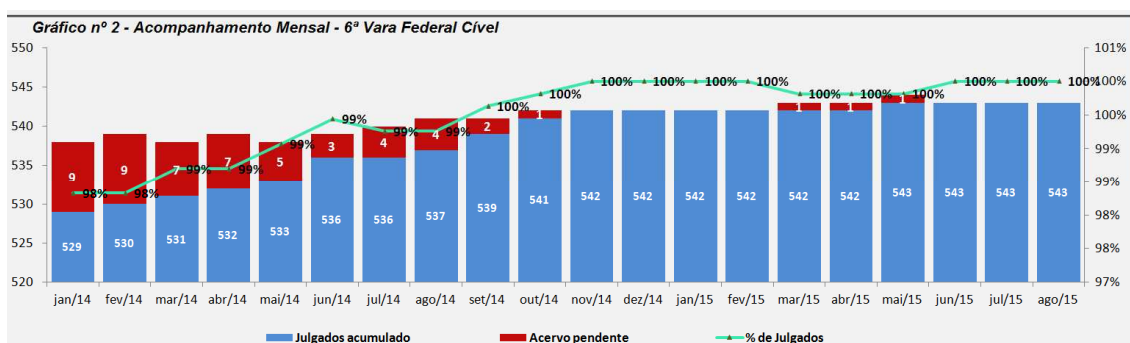
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

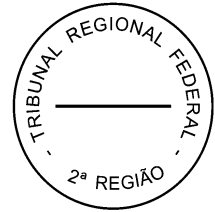


II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

De acordo com o gráfico obtido no Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 23/09/2015, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 100%**, como ilustra o gráfico a seguir:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 23/09/2015.

III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

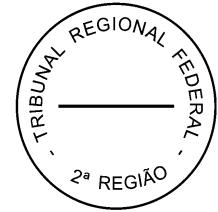
Não se aplica.

IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

Situação: Não há processos nesta situação.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 23/09/2015.



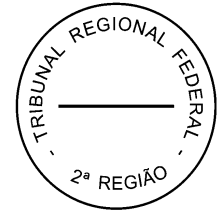
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 23/09/2015, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 131%**, como ilustra o gráfico a seguir:



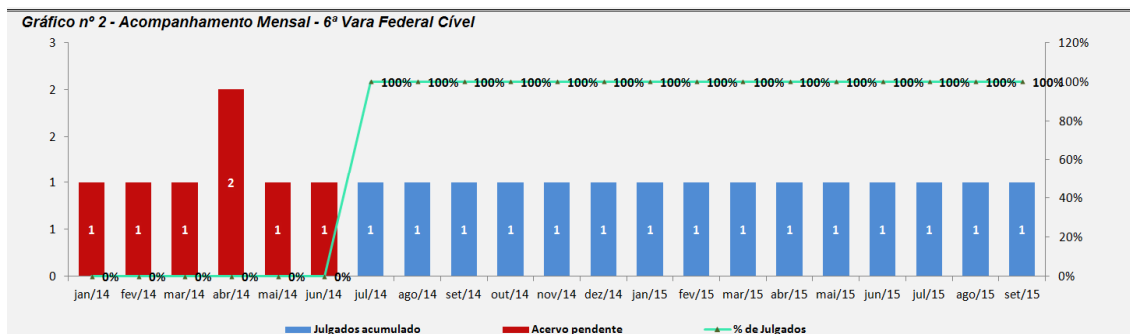


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

- Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau;

De acordo com o gráfico obtido no Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 23/09/2015, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 100%**, como ilustra o gráfico a seguir:



Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 23/09/2015.

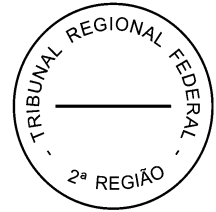
VII – META 7/2015: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica.

VIII – META 8/2015: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Não se aplica.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 24/09/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**→ PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA:
MATÉRIA CÍVEL**

(art. 12, § único da Resolução n.º 496/2006, do CJF, e art. 218 da CNCR)

Analisando os Mapas Estatísticos de Movimentação Processual (Sintético e Analítico), referente ao mês de agosto/2015, emitidos em 23/09/2015, verificou-se a seguinte situação:

. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO/ SERVIÇO PÚBLICO:

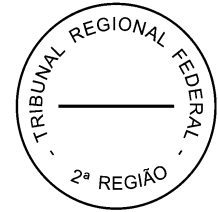
Total: 02
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 02
Em trâmite: 00

. AÇÃO CIVIL PÚBLICA:

Total: 02
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 02
Em trâmite: 00

. AÇÃO CIVIL PÚBLICA PREVIDENCIÁRIA/OUTRAS:

Total: 04
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 01
Em trâmite: 03



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

0000943-04.1993.4.02.5001 – Ação civil pública autuada em 12/04/1993 e com sentença de mérito em 04/06/1999. Decisão em 17/01/2011, determinando a baixa e arquivamento dos autos, após seu retorno da instância recursal. Determinada sua redistribuição em 21/02/2011, uma vez que, por sua natureza previdenciária, se encontrava fora da competência da 5ª VF Cível. Determinada a suspensão dos autos em 04/03/2011, diante da interposição de agravo em face da decisão que inadmitiu o recurso especial interposto. Trânsito em julgado à fl. 217. Determinada a citação na forma do art. 730 do CPC, em 28/02/2014. Decisão em exceção de pré-executividade em 23/05/2014. Determinada a expedição de RPV, em 25/08/2014, e a suspensão do feito até seu pagamento, em 11/11/2014. Concluso para sentença, em fase de execução, na data de 13/07/2015, com publicação em 19/09/2015. Último movimento foi remessa ao advogado, em 18/09/2015.

0010887-78.2003.4.02.5001 – Ação civil pública autuada em 12/09/2003 e sentença de mérito em 29/04/2005. Remessa ao TRF2 em 18/03/2006. Vista às partes para se manifestarem acerca do retorno dos autos, em 30/09/2008. Determinada a suspensão do feito em 15/04/2009, diante da antecipação da tutela deferida na Ação Recisória nº 2008.02.01.019549-5. Determinada a realização de audiência para 28/09/2011, onde foi autorizado o pagamento parcelado dos atrasados. Decisão em 15/06/2012, determinando nova metodologia de cobrança de metas. Nova audiência designada para 18/09/2014. Último despacho em 24/09/2015, determinando a suspensão do pagamento dos valores atrasados até ulterior deliberação do Juízo. Último movimento foi carga para procuradoria federal, em 25/09/2015.

0105400-18.2015.4.02.5001 – Ação civil pública protocolada em 18/03/2015, objetivando que a entidade ré (INSS) admita a desaposentação. Determinada a citação em 27/03/2015. Em réplica na data de 08/06/2015. Concluso para sentença em 02/07/2015, com intimação em 26/08/2015. Último movimento foi remessa ao MPF em 26/08/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraídos em 23/09/2015, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, **posição até agosto/2015**.

→ AUDIÊNCIAS (DE 01/09/2014 A 31/08/2015)
(Art. 35, I, CNCR)

TOTAL: 41 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, sendo a primeira de 09/09/2014 e a última de 26/08/2015.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências.

PROCESSAMENTO DE FEITOS CÍVEIS

1. INICIAIS

(Artigos 305 a 316 da CNCR)

- a. Salvo melhor juízo, não foi encontrado local virtual para as iniciais.

De acordo com o questionário pré-correição:

“No tocante à análise da petição inicial (livremente distribuída, bem como a distribuída por dependência e verificada a existência de prevenção, litispendência ou coisa julgada): cumpre esclarecer que a fim de otimizar a prévia análise dos requisitos formais exigidos pela legislação para as iniciais, elaborou-se um “Formulário de Análise das Petições Iniciais”, que funciona como um “cheklist” para melhor aferição desses



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

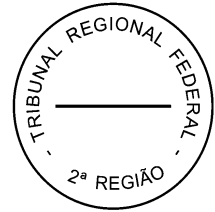
requisitos, sendo tal formulário preenchido pelo Supervisor da Equipe-1 (PROCESSOS DE CONHECIMENTO) que encaminha os autos (já com minuta de despacho ou abertura de conclusão para decisão ou sentença, se for o caso) ao diretor de secretaria para análise, conferência e encaminhamento ao gabinete para os devidos fins (cópia do formulário em anexo).”

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11, Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 28/09/2015, às 17:05h, e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.

2. BALCÃO DE ENTRADA

- a. Documentos: 21
- b. Sendo o mais antigo de 25 de setembro 2015.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 28/09/2015, às 17:02h.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

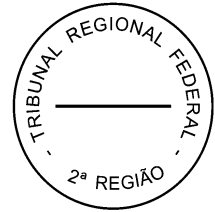
3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

Segundo o Relatório de Questionário pré-correição entregue pelo juízo correicionado:

“Quanto à análise de Prevenção: Uma vez recebidos os feitos da Seção de Distribuição (SEDIC/SJES), procede-se à análise sempre mediante a prévia juntada, aos autos, de cópia da petição inicial, sentença/acórdão e certidão de trânsito em julgado, se houver, referentes aos feitos supostamente preventos indicados pela Distribuição, mediante os Termos de Prevenção e os Termos de Informação.

Essa análise é feita com urgência pelo Supervisor da Equipe-1 (PROCESSOS DE CONHECIMENTO), com elaboração de minuta de despacho a respeito da prevenção apontada, e encaminhamento dos autos ao Diretor de secretaria para revisão e posterior remessa dos autos conclusos a um dos juízes atuantes na Vara, com observação de que se tratam de feitos encaminhados para análise e despacho de possível prevenção. Após a assinatura dos despachos pelos magistrados, havendo determinação de encaminhamento à Seção de Distribuição, os autos são remetidos com a maior brevidade possível; de outra parte, existindo reconhecimento de prevenção, procede-se à análise da petição inicial, com a posterior conclusão aos juízes para despacho da petição inicial, sem necessidade de retorno à Seção de Distribuição (uma vez que na atual sistemática adotada pelo TRF-2, cogitada a possibilidade de prevenção, litispendência ou coisa julgada pelo sistema de dados Apolo, o feito já é distribuído, automaticamente, por dependência ao outro supostamente preventivo, e encaminhado à Vara para análise)”.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11.1, encaminhado através do OFÍCIO Nº JFES-OFI-2015/02273, de 17/09/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO
(Arts. 227 da CNCR)

- a. P/ DESPACHO HÁ MAIS DE 30 DIAS: 00
- b. P/ DECISÃO HÁ MAIS DE 60 DIAS: 01
- c. P/ SENTENÇA HÁ MAIS DE 180 DIAS: 00

Foi analisado, eletronicamente, o seguinte processo:

01093209720154025001 – Trata-se de ação ordinária, com conclusão para decisão em 24/07/2015. Remetido para publicação em 24/09/2015, incluído no boletim 2015.000719, encontra-se aguardando publicação.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 22/08/2015.**

5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:
(Arts. 228 da CNCR)

Posição em	29/09/2015
Último Movimento até	22/08/2015

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	0	N/A
Mais de 60	0	N/A
Total Geral	0	N/A

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 29/08/2015.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (FÍSICOS E VIRTUAIS)
(Arts. 180 e 318 da CNCR).**

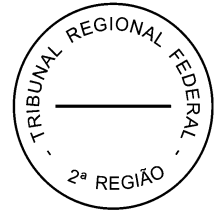
Aguardando juntada em 23/09/2015, 60 documentos, sendo o mais antigo de agosto/2015, referente ao processo n.º 0010887-78.2003.4.02.5001:

De acordo com o Questionário pré-correição:

“As petições pendentes de juntada são identificadas diariamente, e, caso existentes, as listagens extraídas são encaminhadas aos colaboradores para identificação e juntada aos autos, e posterior encaminhamento dos mesmos aos respectivos Supervisores para análise das providências seguintes a serem adotadas (como abertura de conclusão, de vista, remessas, etc., de acordo com a determinação judicial a ser cumprida).

(...)

Cumprir esclarecer que na data do levantamento (11/09/2015) foram identificadas 56 (cinquenta e seis) petições pendentes de juntada ao feito em referência. Trata-se de Ação Civil Pública em fase de execução para cumprimento de obrigação de pagar (parcelas vincendas a título de revisão de benefício previdenciário), abrangendo aproximadamente 5000 (cinco mil) segurados. No intuito de conferir celeridade e efetividade à pretensão executória foi acordado nos autos, entre as partes (Ministério Público e INSS), em audiência e decidido pela MM juíza federal titular que as execuções se dariam de modo individual, conforme seguinte procedimento: os segurados que fazem jus à revisão concedida na sentença são previamente notificados pela autarquia para comparecer ao balcão do Juízo para tomar ciência do montante que lhe é devido. E, uma vez que manifestem concordância com o referido valor, preenchem formulário próprio (com os dados pessoais necessários, documentos e assinatura), o qual é encaminhado ao Ministério Público Federal, por meio de ofício, a fim de viabilizar a propositura de execuções individualizadas, autuadas na classe 4009 (CUMPRIMENTO DE SENTENÇA), em litisconsórcio de 10 beneficiários por ação. Nesse diapasão, a fim de realizar o controle daqueles formulários e evitar extravio dos mesmos, conquanto vinculados aos autos, por cautela, a Secretaria da Vara além de proceder ao acautelamento físico e digitalizado dos citados formulários, também realiza o “Registro de Petição”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

(gerando assim petição pendente de juntada no sistema Apolo) de cada formulário, individualmente, o qual permanecerá pendente de juntada até o efetivo recebimento dos feitos, já autuados como CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, ocasião em que dar-se-á a juntada aos autos da Ação Civil Pública desses documentos, até então pendentes. Isto é, tais registros de petição ficarão pendentes de juntada até o efetivo ingresso do pedido de cumprimento de sentença e ulterior distribuição e autuação na classe 4009, por dependência à já citada ACP, a ser protocolado pelo Ministério Público Federal.”

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 23/09/2015, e Questionário pré-correção, itens 3.14 e 7.2.1, encaminhado através do OFÍCIO Nº JFES-OFI-2015/02273, de 17/09/2015.

7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS: (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Existem os seguintes locais de controle de prazo:

. Virtuais:

ESC. AGUARDA TRÂNSITO EM JULGADO: Existem 16 documentos, sendo o mais antigo de 10/09/2015.

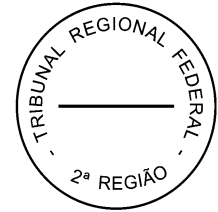
ESC. AGUARDA DEVOLUÇÃO-EXPEDIENTES DIVERSOS-MANDADOS;OFJ;OFI;CTA;CTI;OUT, ALV, ETC: Existem 107 documentos, sendo o mais antigo de 23/09/2014.

ESC. CARGAS-REMESSA, CARGAS DIVERSAS: Existem 119 documentos, sendo o mais antigo de 12/08/2015.

ESC. LEILÕES - AGUARDANDO LEILÃO UNIFICADO: Existem 02 documentos, sendo o mais antigo de 23/09/2015.

ESC. PRAZOS DIVERSOS: Existem 88 documentos, sendo o mais antigo de 31/07/2015.

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, posição em 28/09/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)

Foram verificados os seguintes locais:

. Virtuais:

ESC. EXPEDIÇÕES -PRECATÓRIO/RPV: Existem 02 documentos, sendo o mais antigo de 21/09/2015.

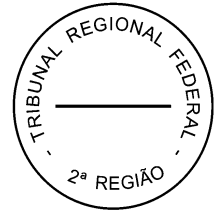
ESC. EXPEDIÇÕES-DIVERSOS-MANDADOS; OFJ; OFI; CTA; CTI; OUT; ALV, ETC: Existem 26 documentos, sendo o mais antigo de 09/09/2015.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 28/09/2015.

9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA: (Art. 189 da CNCR)

Posição em	23/09/2015
------------	------------

Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	1
Sistema	0
Documento	242
Total Geral	243



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Por amostragem, também foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

i. Segredo de Peças:

01119688420144025001 - Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 16/12/2014).

01092510220144025001 - Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 03/12/2014).

01042864420154025001 - Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 03/06/2015).

00041266820094025050 - Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 19/12/2014).

01092371820144025001 - Regular a informação no sistema Apolo (sigilo de peças), bem como a ordem judicial respectiva (em 03/12/2014).

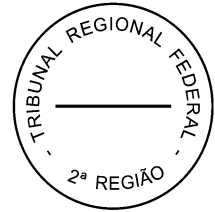
Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 23/09/2015.**

10. PUBLICAÇÕES

(Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	09/2014 a 08/2015
	Processos	3.382
	Boletins	238
	Média (Proc. / Bol.)	14,21
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	5,41

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 23/09/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

11.PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam 04 processos com prazo vencido, na seguinte situação:

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
0002852-52.1991.4.02.5001	FAZENDA	14/09/2015	21/09/2015	02
0002420-57.1996.4.02.5001	FAZENDA	14/09/2015	21/09/2015	02
0004869-41.2003.4.02.5001	UNIÃO	26/08/2015	21/09/2015	02
0002309-39.1997.4.02.5001	MARCELO MATEDI ALVES	14/09/2015	21/09/2015	02

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 23/09/2015, vencidos e não devolvidos até 23/09/2015, e consultas ao Apolo, posição até 23/09/2015.

→ SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS E CRIMINAIS

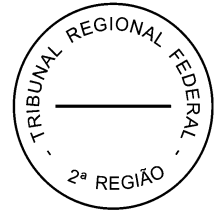
1. Número total de processos suspensos (em 28/09/2015):

Cíveis: 697

Criminal: 001

2. Motivos da Suspensão

- Aguardando decisão de instância superior: 204
- Cumprimento Precatório/RPV: 134
- Embargos à execução: 245
- Outros - Fase conhecimento: 004
- Outros - Fase/processo execução: 004
- Outros - Processos criminais: 001



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- RECURSO REPETITIVO (artigo 543-C, § 2º, do CPC): 007
- recurso repetitivo (art. 543-C, do CPC): 011
- Repercussão geral (art. 543-B, e § 1º, do CPC): 088

3. Análises dos processos:

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar, foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

Cíveis:

- a) Aguardando decisão de instância superior: 204

00057047319964025001 - ação civil pública
empréstimo compulsório - combustível. Julgada a MC 20070201004607-
2 no TRF2, aguarda julgamento de REsp e RE.
determinação judicial

00031849620034025001 - ação ordinária/tributária
objeto: FINSOCIAL/COFINS
Suspensão o curso do processo aguardando o julgamento do **AI n.º
2008.02.01.004338-5** interposto contra a decisão que inadmitiu o RE, em
10/02/2009

00069656819994025001 (99.0006965-0) - processo físico
- ação civil pública/previdenciária
objeto: benefício previdenciário para crianças e adolescentes sob guarda
judicial com beneficiários do regime geral da previdência.
Determinação judicial de suspensão em 02/03/2010. Aguarda julgamento
de **REsp e RE eletrônicos**.

00021904919954025001 - ação ordinária tributária



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

objeto: imposto de renda pessoa física: declaração unificada ajuste anual ano 94 base 93. Aguarda julgamento do agravo de instrumento n. 2006.02.01.009572-8, interposto contra decisão que inadmitiu Recurso Extraordinário dirigido ao STF.

00074382020004025001 - mandado de segurança individual
objeto: servidor publico: evitar desconto sobre função de confiança.

- aguardando o julgamento do agravo de instrumento n.º 2010.02.01.005339-7 interposto contra a decisão que inadmitiu o RE.

b) Cumprimento Precatório/RPV: 134

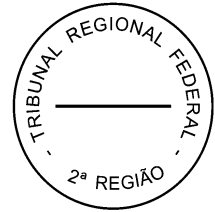
00033452820114025001 - processo físico - execução de sentença
Processo suspenso a partir de 11/11/2013 até 31/12/2015

00033687120114025001 - processo físico - prioridade idoso
execução de sentença contra faz pública
Processo suspenso a partir de 19/12/2013 até 31/12/2015

00064070820134025001 - execução de sentença contra faz pública
objeto: UFES
Processo suspenso a partir de 28/01/2014 até 31/12/2015

00040999620134025001 - situação semelhante ao acima descrito
execução de sentença contra faz pública - UFES

00136536020104025001 - União Federal
execução de sentença contra faz pública



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

c) Embargos à execução: 245

00001080619994025001 - ordinária tributária

Objetos: títulos da dívida pública: pagar debito remanescente com apólices de credito do tesouro nacional.

Município de Muqui - apresentou embargos recebidos sob o nº 2004.50.01.001071-4, suspensa a presente execução, nos termos do inciso, I do art.791 do CPC.

00090229319984025001 - ordinária tributária

INSS

objetos: contribuições previdenciárias: administradores e autônomos

Processo suspenso a partir de 27/03/2009

00053074819954025001 - ordinária servidores públicos

Processo suspenso a partir de 01/04/2009

Objetos: vencimentos ou proventos de servidores públicos: tempo de serviço anterior a 11-12-90 para efeito de aquisição do direito a percepção do adicional

00119739419004025001 - ordinária tributária

motivo: suspensão geral - motivos diversos

Processo suspenso a partir de 23/04/2009

Objetos: Indefinido

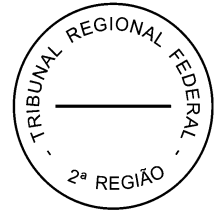
suspendam-se os presentes autos até o julgamento final dos Embargos à Execução de 2001.50.01.0009585-8.

00021562020084025001 - ações diversas

Objetos: vencimentos ou proventos de servidores públicos: referente ao reajuste de 28,86%

d) Outros - Fase conhecimento: 004

e) Outros - Fase/processo execução: 004



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- f) **Outros - Processos criminais: 001**
00001979719004025001 - ação ordinária tributária
objeto: débito fiscal - multas atrasos
autos suspensos: suspensão da pretensão punitiva na ação penal
informada no ofício de fls. 438.
O processo é cível. O motivo é q é um processo criminal.
- g) RECURSO REPETITIVO (artigo 543-C, § 2º, do CPC): 007
- h) Recurso repetitivo (art. 543-C, do CPC): 011
- i) Repercussão geral (art. 543-B, e § 1º, do CPC): 088
- 00008846420034025001 - ação ordinária
servidor publico: indenização pelos prejuízos materiais decorrentes
mora legislativa revisões remuneração servidores
Aguarda julgamento dos Agravos de Instrumento n.ºs
2007.02.01.015683-7 e 2007.02.01.015684-9, interpostos contra as
decisões que inadmitiram os REsp e RE.
- 00106337620014025001 - mandado de segurança individual
aguardando o julgamento dos Agravos de Instrumento n.ºs
2009.02.01.006093-4 e 2009.02.01.006150-1, interpostos contra as
decisões que não admitiram os Recursos Extraordinário e Especial.
- 00008837920034025001 - ordinária servidores
aguardando o julgamento do Agravo de Instrumento n.º
2009.02.01.005995-6 que ainda se encontra pendente solução
definitiva.

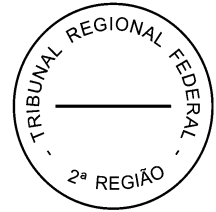


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00012876720024025001 - mandado de segurança individual
FINSOCIAL/COFINS: manutenção de isenção da contribuição
prevista na LC 70/91 para sociedades civis.
- aguarda julgamento de RE 575.093, conforme despacho de fls. 273.

00109801220014025001 - ordinária/servidores
responsabilidade civil pelas omissões inconstitucionais EC n 19/1998 -
de 01/01/1996 ate 01/01/2001.
Suspendido até o julgamento definitivo do RE n.º 565089, conforme
determinado na decisão de fls. 412 proferida em sede do TRF2.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspendidos, extraído em 28/09/2015, e consultas ao
Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 30/09/2015.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **SENTENÇAS**
(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 1.078

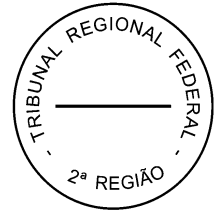
1. FINAL PAR: 557

- a. Convertidas em diligência: 41
- b. Determina a intimação: 02
- c. Embargos de declaração: 44
- d. Resolução de mérito:
 - i. Extinção da execução: 127
 - ii. Improcedente: 108
 - iii. Procedente: 79
 - iv. Procedente em parte: 101
 - v. Reconhecida prescrição/decadência: 01
 - vi. Procedente com tutela deferida: 09
 - vii. Procedente em parte com tutela deferida: 04
- e. Sem resolução de mérito:
 - i. Sem resolução de mérito: 13
 - ii. Desistência da ação: 04
 - iii. Indeferimento de petição inicial: 02

f. Vazias: 03

2. FINAL ÍMPAR: 521

- a. Convertidas em diligência: 35
- b. Embargos de declaração: 39
- c. Extinção da punibilidade – desistência: 01
- d. Resolução de mérito:
 - i. Conciliação/transação: 01
 - ii. Extinção da execução: 115
 - iii. Extinção da Execução penal – cumprimento da pena: 01
 - iv. Improcedente: 104
 - v. Procedente: 89



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- vi. Procedente em parte: 93
 - vii. Reconhecida prescrição/decadência: 03
 - viii. Reconhecimento da procedência do pedido: 01
 - ix. Procedente com tutela deferida: 02
 - x. Procedente em parte com tutela deferida: 02
- e. Sem resolução de mérito:
- i. Sem resolução de mérito: 26
 - ii. Desistência da ação: 04
 - iii. Indeferimento de petição inicial: 02
- f. **Vazias: 03**

➔ **REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA**

(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Observa-se que o juízo correicionado não classifica adequadamente as sentenças classificadas como tipo-A, de acordo com as determinações da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011).

Com relação a classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

01035821520144025050 - s.m.j, a sentença não possui fundamentação individualizada, apesar de estar classificada como tal. E em situação semelhante os processos n. 01053485620144025001 e 01023891520144025001.

Sentenças com fundamentação individualizada:

01090561720144025001 - embargos à execução

00070047420134025001 - ordinária tributária

2. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

Face à frequência de classificações equivocadas de sentença tipo B-2 (sentença repetitiva padronizada) como tipo A (fundamentação individualizada), em mais de 20 processos pesquisados, foi encontrado apenas 1 com classificação tipo B-2 no corpo da sentença: 00037549620144025001

Vazias:

00039047720144025001 - ordinária tributária

No corpo da sentença classificada como **TIPO A**, porém no sistema está sem classificação. Na mesma situação os processos n: 01020880520134025001 e 01157405520144025001,

00033998620144025001 - mandado de segurança individual/tributário possui classificação no corpo da sentença "tipo B-2", mas sem classificação no sistema Apolo.

01050130320154025001 - mandado de segurança individual tributário. No corpo da sentença: "tipo A", não havendo classificação no sistema.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

3. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

00033409820144025001
00006548920124025006
01059712320144025001
00035834220144025001

01002360920144025001

no corpo da sentença consta "tipo A" mas, no dispositivo, tipo C

01009572420154025001 - sentença tipo C no corpo, porém é denegatória da segurança.

3.1 Tipo C (sem julgamento do mérito), sem classificação no corpo da sentença:

01205954320154025001

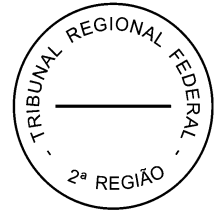
consultando mais de vinte processos, não encontrei mais nenhuma sentença sem classificação no corpo.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 30/09/2015.

➔ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS) (Art. 217 da CNCR):

Segundo o questionário de pré correição, observa-se a ordem cronológica de conclusão, excetuando os processos cujos objetos demandam sentenças já padronizadas, bem como aqueles feitos em que deverão ser prolatadas sentenças homologatórias de acordo e sentenças de extinção sem resolução de mérito.

➔ LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE



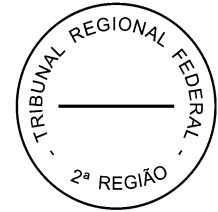
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Segundo o item 3.3.4 do Questionário de pré-correição, os processos são inicialmente encaminhados para o Gabinete pela Secretaria do juízo, para fins de análise acerca da viabilidade de conclusão para Sentença. Uma vez que se promove a conclusão, o feito é encaminhado para escaninho físico/eletrônico de acordo com atribuição (Titular ou Substituto) contendo, desde logo, a informação da data da conclusão, o assunto e eventual prioridade legal.

Mensalmente são produzidas listagens de conclusão considerando o ingresso para conclusão dos meses anteriores, bem como a conclusão dos feitos que contam com prioridade legal, independente da data da conclusão. Essas listagens são utilizadas como ferramentas para sequência do trabalho.

Ressalte-se que os feitos mais antigos desse juízo, na data do levantamento, conclusos para Sentença nos Gabinetes do Titular e do Substituto, datam, respectivamente de 16/07/2015 e 02/06/2015.

Fonte: Questionário pré-correição ofício n.º JFES-OFI-2015/02273



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

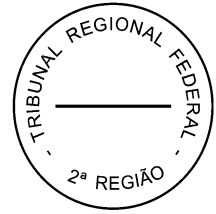
→ **EXECUÇÃO**
(art. 333 da CNCR)

FASE 18 Execução de sentença		Trâmite	suspensos	Recurso TRF2	Total
Processos	Com Sentença	273	190	7	470
	Registro Sentença Antiga	6	9	1	16
	Sem sentença	2			2
	Total	281	199	8	488

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJES – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 23/09/2015.

1. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO (de 01/09/2014 a 31/08/2015): (Art. 217, II, da CNCR)

- a. Físicos: 472
- b. Eletrônicos: 597
- c. Total de requisições: 1.069
- d. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 1.178 dias.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- RPV's: 929

- . Cadastrados: 21
- . Conferido: 186
- . Enviados: 722

- Precatórios (Parcela única): 140

- . Cadastrados: 03
- . conferido: 03
- . Enviados: 134

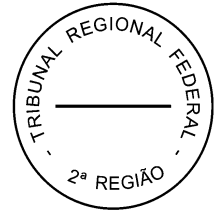
- Precatórios Parcelados: 00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 23/09/2015.

→ GRANDES DÉBITOS
(Arts. 272 e 273 da CNCR)

Conforme informação prestada no questionário pré-correição do juízo correicionado, não há processos referentes a grandes devedores em tramitação.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, d).



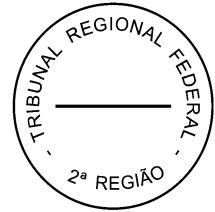
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD E RENAJUD**
(Resolução 61/08-CNJ e Res. n.º 21/08-TRF2)

Conforme informação prestada no questionário pré-correição do juízo correicionado, há atualmente 04 ordens de bloqueio cadastradas no sistema BacenJUD e RenaJUD:

NÚMERO DO DOCUM.	DESCRIÇÃO DA CLASSE	DESCR. ULT. MOV.
00050320620124025001	ORDINÁRIA/TRIBUTÁRIA	Movimentação Cartorária tipo AGUARDANDO RESPOSTA DE BACEN JUD
00115761020124025001	ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁR.	Movimentação Cartorária tipo AGUARDANDO CADASTRAMENTO DE BACEN JUD
00062887219984025001	ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS	Movimentação Cartorária tipo AGUARDANDO RESPOSTA DE BACEN JUD
00111442020144025001	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Movimentação Cartorária tipo AGUARDANDO RESPOSTA DE BACEN JUD

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, e).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **LEILÕES**

(Arts. 270 A 290 da CNCR)

O órgão correicionado informa que identificou 5 (cinco) processos, em 11/09/2015, sendo 2 (dois) relativos ao Leilão Unificado do ano de 2014 e 3 (três) processos para o Leilão Unificado do ano de 2015, a saber:

PROCESSOS LEILÃO UNIFICADO

ANO/LEILÃO	PROCESSO	TIPO DE PROCESSO
2015 0005032	06.2012.4.02.5001 eletrônico	2015 0005032
2015 0002456	74.2011.4.02.5001 eletrônico	2015 0002456
2015 0000976	47.2000.4.02.5001 físico	2015 0000976
2014 0002456	74.2011.4.02.5001 eletrônico	2014 0002456
2014 0021518	09.2002.4.02.5101 físico	2014 0021518

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, f).

→ **CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS**

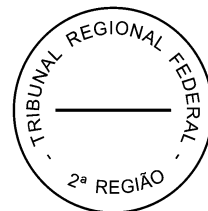
(Artigos 356 a 358 da CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição:

O cadastramento é realizado na Vara, diretamente no sistema de dados Apolo, logo que o mandado de penhora ou carta precatória retornam devidamente cumpridos, com a penhora dos bens. Conforme relatório obtido do mesmo sistema, em 14/09/2015, há 85 (oitenta e cinco) bens com penhora cadastrada, relativos a um total de 30 (trinta) processos.

Total de processos com bens penhorados: 30

Por amostragem, foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

1) Processo: 0000029-85.2003.4.02.5001 - previdenciário - p. físico

Valor do Débito: R\$ 3.126,20

Valor do Bem: R\$ 8.514.000,00

Valor Total dos bens: R\$ 8.514.000,00

Mandado: MAN.0012.000090-0/2015

Data da Penhora: 19/06/2015

Quantidade de Bens diferentes: 1

Exequente e Executado: UNIAO FEDERAL

Tipo do Bem: não informado expressamente

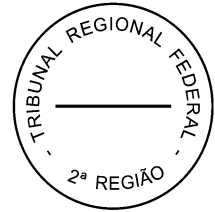
Local: não informado

Depositário: não informado

Ação ordinária tributária, Autor M. Trading Comércio Importação e Exportação Ltda contra a União Federal.

O processo encontra-se, atualmente, concluso para despacho, desde 28/09/2015.

Necessário, s.m.j., corrigir o cadastro do bem, incluindo as informações faltantes, bem como os corretos exequente e executado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2) Processo: 0021518-09.2002.4.02.5101 - cumprimento de sentença

Quantidade: não informada

Local: Rua Aurora De Aguiar Ferreira, Nº 154, Apto 401, Jardim Camburi

Exequente: ZAP ENGENHARIA LTDA

Valor do Débito: R\$ 16.697,64

Tipo do Bem: não informado

Valor do Bem: R\$ 13.500,00

Mandado: MPH.0012.000027-3/2014

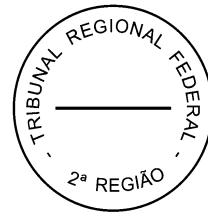
Executado: ZAP ENGENHARIA LTDA

Data da Penhora: 28/05/2014

Quantidade de Bens diferentes: 1 Valor Total Dos bens: R\$ 13.500,00

Contribuição previdenciária - execução de título judicial quanto aos honorários de advogado.

Em consulta ao Sistema Apolo foi verificado que houve abatimento do montante, através do DARF de fls. 416, proveniente de arrematação, no valor de R\$10.001,46, restando o valor de R\$5.536,14 (corrigidos). A União Federal requereu a realização de penhora (fls. 429/431 dos autos físicos, e fls. 36 dos autos eletrônicos) porém, o mandado foi negativo, conforme certidão de fls. 44 (autos eletrônicos): A empresa não foi encontrada, nem seus bens.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

3) Processo: 0002456-74.2011.4.02.5001

Local: AV. NOSSA SENHORA DA PENHA, 387/501, SANTA LUCIA, VITÓRIA/ES

Executado: UNIAO FEDERAL

Exequente: IMOBILIARIA CAMBURI LTDA

Valor do Débito: R\$ 5.073,77

Data da Penhora: 24/10/2012 15:21

Tipo do Bem: Móvel

Valor do Bem: R\$ 8.000,00

Mandado: MPH.0012.000039-0/2012

Tipo do Bem: Imóvel

Valor do Bem: R\$ 701.344,00

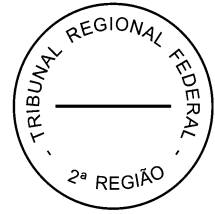
Mandado: MPH.0012.000039-0/2012

Quantidade: 1 Local: Rua "1" confrontando com Olivia Fontinelli De Araujo, Otacilio José C Oser, Ataidés.

Observação: loteamento com área total de 596,070,00m², vivendas de pedra azul, rua "1" confrontando com Olivia.

Último andamento: juntada de petição da União Federal requerendo expedição de novo ofício ao Registro de Imóveis para que informe em nome de quem se encontra registrado o imóvel penhorado, juntando certidão de ônus reais atualizada do mesmo.

S.m.j. retificar o executado para Imobiliária Camburi Ltda e exequente: União Federal



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

4) Processo: 0002512-06.1994.4.02.5001

Quantidade de bens: 1

Local: Rua D, Quadra D, Nº 14, Bairro Boa Vista, São Mateus/ES

Exequente: RADIO DIFUSORA DE SAO MATEUS LTDA

Valor do Débito: R\$ 5.985,23

Tipo do Bem: Móvel

Valor do Bem: R\$ 9.000,00

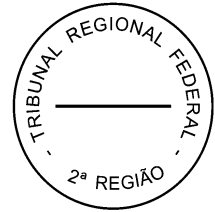
Mandado: MPH.0012.000004-6/2012

Executado: UNIAO FEDERAL

Data da Penhora: 08/03/2012

Último andamento: juntada de petição da União Federal requerendo que o Registro de Imóveis seja novamente oficiado para informar em nome de quem se encontra registrado o imóvel penhorado, juntando certidão de ônus reais atualizada do mesmo.

S.m.j. retificar o executado para Imobiliária Camburi Ltda e exequente: União Federal



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

5) Processo: 0003743-92.1999.4.02.5001

Local: RUA BELARMINO FREIRE, Nº 02, CAMPO GRANDE, CARIACICA

Exequente: CENTRO EDUCACIONAL VINICIUS DE MORAES Valor do Débito: R\$ 21.136,72

Tipo do Bem: Móvel Valor do Bem: R\$ 21.710,00

Mandado: MPH.0012.000013-3/2013

Executado: INSS

Data da Penhora: 12/07/2013

Quantidade de Bens diferentes: 1

Valor Total Dos bens: R\$ 21.710,00

6) Processo: 0004794-12.1997.4.02.5001

Quantidade: 1

Local:

Exequente: MERCANTIL REIS MAGOS LTDA

Valor do Débito: R\$ 20.000,00

Tipo do Bem: Móvel

Valor do Bem: R\$ 3.600,00

Executado: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Data da Penhora: 15/02/2012

Quantidade: 1 Local:

Exte: MERCANTIL REIS MAGOS LTDA Valor do Débito: R\$ 20.000,00

Tipo do Bem: Móvel

Valor do Bem: R\$ 2.100,00

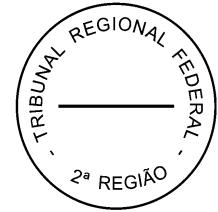
Mandado: MPH.0012.000008-4/2012

Executado: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS Data da Penhora: 15/02/2012 14:18

Quantidade de Bens diferentes: 2

Valor Total Dos bens: R\$ 5.700,00

OBS.: Constatou-se, da listagem fornecida pelo Sistema Apolo, que o cadastramento de bens constrictos não contém, em sua maioria, a informação do **tipo** de bem penhorado, nem tampouco do **local** onde este se encontra, bem como a informação de quem é o exequente e/ou executado está confusa.



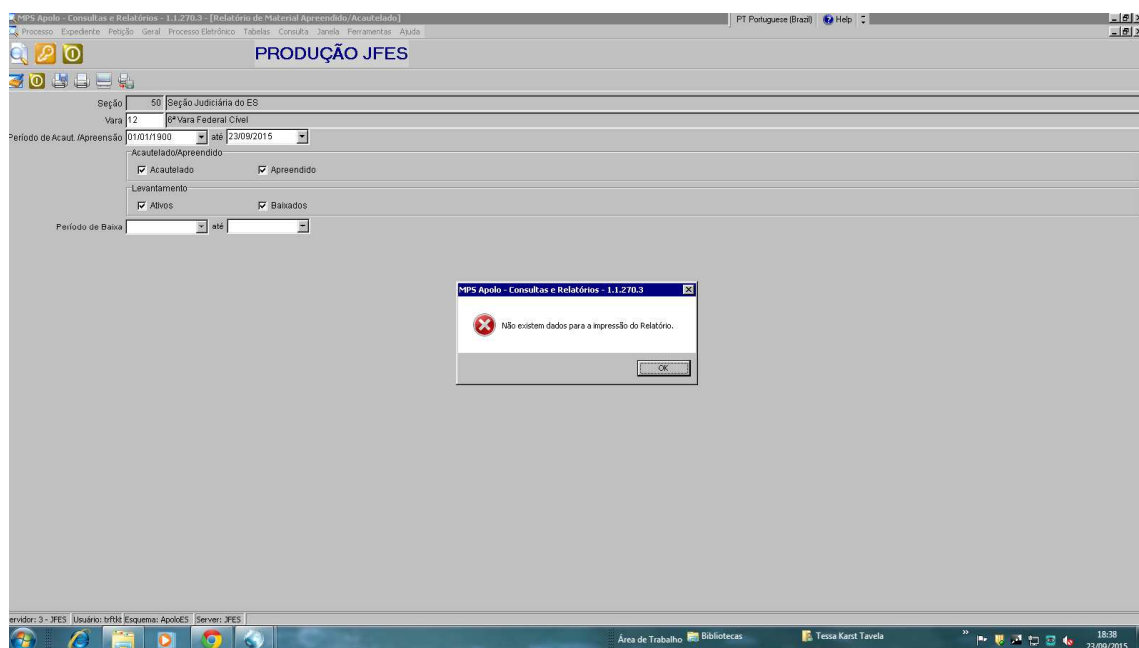
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.4.2.g; Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados, extraído em 23/09/2015, e consultas ao andamento processual respectivo, posição até 23/09/2015.

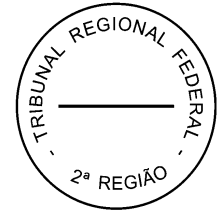
➔ **BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS**

(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005, e arts. 242 a 247 da CNCR):

De acordo com o sistema Apolo, não existem dados para geração do Relatório de materiais apreendidos e ou acautelados no Juízo correicionado, conforme quadro a seguir transportado:



Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado, posição até 23/09/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS
(Art. 147 a 151 CNCR)

De acordo com o Questionário pré-correição, bem como do Relatório de inspeção anual:

5.1. Livros e Pastas OBRIGATÓRIOS:

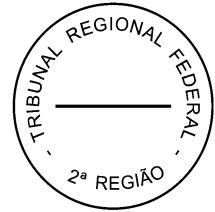
Todos os livros e pastas obrigatórios, na forma dos artigos 147/151 da Nova Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região, foram devidamente inspecionados e estavam em bom estado de conservação, preenchidos de forma legível, sem rasuras, sem apresentar irregularidades.

Registra-se, ainda, em vista da sistemática prevista no Provimento n.º 58, de 16 de junho de 2009 (da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região – que disciplina a utilização de assinatura e registro eletrônicos), especialmente com fins no §§ 4º e 5º do seu art. 1º, todos os livros físicos de registro de sentenças, decisões interlocutórias, despachos, atas de audiências, bem como de ofícios, mandados e cartas precatórias e todos os demais expedientes gerados são assinados apenas e tão-somente por meio do sistema eletrônico.

5.2. Livros e Pastas NÃO-OBRIGATÓRIOS:

Os demais livros e demais pastas, não-obrigatórios, mas adotados pelo Juízo, pela sua importância ou em razão da especialidade da Vara e da conveniência dos trabalhos cartorários, foram vistos e inspecionados, e do mesmo modo estavam em bom estado de conservação, sem apresentar irregularidades.

Fonte: Questionário pré-correição e Relatório de Inspeção Anual (Ofício nº JFRJ-OFI-2015/02273 e 2015/01647).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ ESPAÇO FÍSICO

De acordo com o Questionário pré-correição, item 4 (fls. 34 do Questionário):

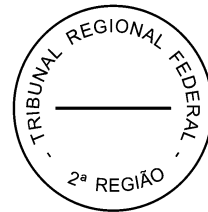
“(...) as instalações físicas do setor atendem a contento as necessidades do serviço, cabendo destacar que a Vara está situada no edifício-sede da Justiça Federal no Espírito Santo, o qual fora devidamente projetado para comportar todas as Varas Federais da Capital, dispondo de excelente estrutura para atendimento de partes, advogados e atuação de todos os servidores.”

9.1.: Por sua vez, nos termos do Relatório de inspeção anual, item

Da Organização Física dos Processos:

Quanto à organização física cumpre destacar que os processos no cartório se encontram adequadamente localizados por escaninhos, levando-se em conta a distribuição das tarefas por Equipes de Trabalho e as diversas fases dos ritos processuais. Todos os feitos em trâmite na Vara foram devidamente identificados e localizados (não havendo que se falar em extravio de quaisquer autos à época da Inspeção Ordinária/2015). A grande maioria, inclusive, com etiqueta de código de barras para leitura ótica (salvo alguns que em decorrência do manuseio acabaram tendo as etiquetas extraviadas). As folhas dos processos foram vistas e não foram constatadas, no momento, irregularidades quanto à numeração e rubrica.

Fonte: Questionário pré-correição e Relatório de Inspeção Anual (Ofício nº JFRJ-OFI-2015/02273 e 2015/01647).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas:

(...) os feitos em trâmite, na Secretaria constam de listagens em planilhas, obtidas pelo Diretor de Secretaria (ou diretamente pela MM Juíza nos processos conclusos), e distribuídas aos demais servidores, em consonância com a estrutura de divisão do processo de trabalho na Unidade. Sem embargo, vigora a orientação no sentido de se observar mensal e regularmente os prazos gerais estabelecidos pela Corregedoria como limites para movimentação de processos, por ocasião das Inspeções Ordinárias e Correições, a saber: - para os feitos conclusos: 30 (trinta) dias para despacho, 60 (sessenta) dias para decisão e 180 (cento e oitenta) dias para sentença, cabendo ressaltar, inclusive, que se tem logrado êxito com a prolação de sentenças em prazo menor do que o limite estabelecido (em torno de 100 dias); - para os feitos não-conclusos em geral, 30 (trinta) dias para serem movimentados. O controle da produtividade dá-se por monitoramento das atividades, com regularidade diária, semanal, quinzenal ou mensal, de acordo com o caso, em consonância do já exposto.

Quanto ao Gabinete, os feitos, já no momento de sua localização, são todos identificados previamente, por assunto, de modo a facilitar a distribuição das tarefas aos servidores. Após, são separados em escaninhos próprios de conclusão para sentença (juiz titular ou juiz substituto). O controle da produtividade se dá através de monitoramento mensal das atividades. É feita uma análise comparativa entre o que foi produzido e as metas estabelecidas, sendo possível a redistribuição de trabalho ou de ordem de realização das tarefas ou mesmo a metodologia.

Não foram relatadas expressamente metas de curto prazo (3 meses) metas de médio prazo (6 meses) e metas de longo prazo (1 ano).

Fonte: Questionário pré-correição e Relatório de Inspeção Anual (Ofício nº JFRJ-OFI-2015/02273 e 2015/01647).

Relatório elaborado por:
Simonetti Bolivar Muniz da Silva, Mat. n.º 11.892
Tessa Karst Tavela, Mat. n.º 11.777